

Elói Martins Senhoras

(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: globalização e desenvolvimento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador
Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-869-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph


Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

CAPÍTULO 2..... 35

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964


Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

CAPÍTULO 3..... 50

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO


Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

CAPÍTULO 4..... 57

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES


Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

CAPÍTULO 5..... 66

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE


Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

CAPÍTULO 6..... 84

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)


Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

CAPÍTULO 7..... 94

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

CAPÍTULO 8..... 105

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

CAPÍTULO 9..... 119

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

CAPÍTULO 10..... 129


LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

CAPÍTULO 11..... 141

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

CAPÍTULO 12..... 157


BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

CAPÍTULO 13..... 178

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

CAPÍTULO 14	194
EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO	
Luz Elvia Garcia Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114	
CAPÍTULO 15	204
AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE	
José Edson Rodrigues Júnior Edivane de Sousa Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115	
CAPÍTULO 16	220
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLOGICOS	
Heliene Macedo de Araújo Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116	
CAPÍTULO 17	242
APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mariane Rodrigues da Vitória	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117	
CAPÍTULO 18	252
UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)	
Kayle Chaves Rustangy Viegas Nhenge	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118	
CAPÍTULO 19	263
DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO	
Imelda Ortiz Medina Pedro Plata Pérez Jorge Martínez Pérez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119	
CAPÍTULO 20	272
O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS	
Edgar Oliveira Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120	

CAPÍTULO 21.....298

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira


Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

CAPÍTULO 22.....312

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012


Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

CAPÍTULO 23.....329

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

CAPÍTULO 24.....353

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS


Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

CAPÍTULO 25.....365

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA

ILHA DE MOÇAMBIQUE


Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

CAPÍTULO 26.....381

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>


CAPÍTULO 27.....397

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>


CAPÍTULO 28.....411

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

CAPÍTULO 29.....423

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

SOBRE O ORGANIZADOR.....434

ÍNDICE REMISSIVO.....435

EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO

Data de aceite: 10/01/2022

Luz Elvia Garcia Ramos

Profesor Investigador de Tiempo Completo
Centro Universitario de Ciencias Económico
Administrativas
Universidad de Guadalajara

RESUMEN: En esta investigación se aborda el tema de la Economía Social, Solidaria y el Cooperativismo, los cuales se presentan como un nuevo modelo económico alternativo en el que se describen y analizan expresiones concretas en torno a la problemática estructural económica de desigualdad e injusticia social en las zonas urbanas, marginadas, rurales, comunidades indígenas, en la que están inmersos la mayoría de los mexicanos. Dentro de este contexto se presenta la impostergable tarea de reorganizar la economía nacional en materia de ingresos muy diferente a la que se ha venido desarrollando: situación en la que se presenta como una opción el nuevo paradigma del comercio electrónico global.

Sin embargo, para ello es necesario realizar una reingeniería económica nacional mediante una revisión fundamental, basada en el rediseño radical de los procesos que no han logrado mejorar la economía mexicana durante por más de cinco décadas.

PALABRAS CLAVE: Paradigma, Ingresos, Economía Social, Solidaria, el Cooperativismo y el Comercio Electrónico Global.

ANTE LAS EXIGENCIAS DEL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL: SE PRESENTA UN NUEVO PARADIGMA EN MATERIA DE INGRESOS PARA EL DESARROLLO ECONÓMICO MEXICANO MEDIANTE LA ECONOMÍA SOCIAL, SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO

ABSTRACT: This research addresses the issue of Social, Solidarity Economy and Cooperativism, which are presented as a new alternative economic model in which specific expressions are described and analyzed around the economic structural problem of inequality and social injustice in the urban, marginalized, rural areas, indigenous communities, in which the majority of Mexicans are immersed. Within this context, the urgent task of reorganizing the national economy in terms of income is presented, very different from the one that has been developing: a situation in which the new paradigm of global electronic commerce is presented as an option. However, for this it is necessary to carry out a national economic reengineering through a fundamental revision, based on the radical redesign of the processes that have failed to improve the Mexican economy for more than five decades.

KEYWORDS: Paradigm, Income, Social Economy, Solidarity, Cooperativism and Global Electronic Commerce.

INTRODUCCIÓN

El siglo XXI, se ha caracterizado por sus grandes avances, entre ellos los científicos y tecnológicos en la información y la comunicación, la mayoría de las empresas han comercializado

sus artículos y productos, gracias a la globalización en los mercados comerciales.

Paralelamente se han dado grandes acercamientos entre los países al realizarse intercambios de mercancías, lo que ha generado: el conocimiento de otras culturas, costumbres e idiomas, lenguas y religiones, etc., dentro de la geografía mundial. Situación que se encuentra inmersa en una economía sin fronteras, en la cual las tecnologías de la información y comunicación mediante el Internet han facilitado la comunicación entre las empresas e individuos que ofertan y demandan, adquiriendo nuevos productos y servicios, esta comercialización de actividades económicas; empresariales y profesionales ha reducido distancias, tiempos y costos entre otros gastos a este proceso se le conoce como comercio electrónico global. Relaciones comerciales que se han venido realizando desde aproximadamente en los últimos veinte años, caracterizándose por realizarse vía electrónica, producto del desarrollo de las tecnologías de la informática y la comunicación a través de las redes abiertas y cerradas del internet a las que tienen acceso solo el personal autorizado por las empresas de la telecomunicación, que permite la contratación inmediata (on line) entre proveedores, consumidores y vendedores a nivel mundial; evidenciándose el proceso del modelo económico comercial de globalización, el cual permite la apertura y el incremento cuantitativo en los mercados de capitales, que han maximizado la eficiencia en las transacciones, gracias al potencial de los medios electrónicos y de comunicación.

Este movimiento es considerado como la nueva revolución tecnológica, que ha traído consigo transformaciones en las estructuras económicas, políticas, sociales, culturales y jurídicas.

Esta situación genera que las instituciones del derecho tributario aborden una nueva problemática en la fiscalización. En este sentido, el sistema jurídico se hace necesario abordar un replanteamiento de las estructuras legales del derecho mercantil, civil y fiscal modificando los derechos y obligaciones de compradores y vendedores que solo tienen contacto virtual, con el propósito de gravar los ingresos que proviene del comercio electrónico, el cual posee ventajas y desventajas dentro de esta nueva forma de hacer negocios a nivel mundial. Situación que implica al derecho penal, bajo la tipificación de nuevos delitos cibernéticos que comprenden de conformidad el derecho procesal mediante nuevas formas probatorias.

PREGUNTA GENERAL

¿La tributación del comercio electrónico global es vista como una opción para el desarrollo de la sociedad en general dentro del modelo basado en la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, con el propósito de proponer el cobro fiscal de los ingresos comprendidos por sus actividades de producción y comercialización que realizan sus miembros?

OBJETIVO GENERAL

Proponer evitar los gravámenes fiscales en los ingresos por las actividades laborales que realizan los miembros e integrantes que trabajan dentro de la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo como una opción para el desarrollo del comercio electrónico global.

HIPÓTESIS

Se plantean dos estrategias; primero lograr impulsar el comercio eléctrico global, proyecto que requiere implementar las tecnologías de la información y la comunicación, a través de la dinámica del Internet, analizando sus reformas para su uso, restricciones y soluciones para incrementar su viabilidad y potencial; segundo resulta necesario examinar el ámbito jurídico y la legislación del derecho tributario nacional y sus efectos fiscales de los ingresos obtenidos de los miembros que laboran dentro de las empresas sociales formadas por grupos con múltiples carencias; con el propósito de transformar la estructura social, el desarrollo y el progreso de los mexicanos.

DESARROLLO

En la actualidad se presenta un paradigma considerando al comercio electrónico global, el cual permitirá obtener una mejor comercialización de sus productos y a su vez se incrementarán sus ingresos económicos, representando una nueva opción que propiciará cambios económicos, políticos y sociales en los ciudadanos mexicanos más desprotegidos, constituyéndose en un eje para la generación de empleos y a su vez en oportunidades para la inserción de los nuevos profesionistas especialistas en el tema de las tecnologías de la información y comunicación y áreas afines al marketing de frente a los retos que representa la economía globalizada.

Por lo anterior, se considera al comercio electrónico global como una gran alternativa para la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, al ser considerada como el tercer sector, siendo su principal objetivo reducir la pobreza para superar las desigualdades estructurales, cuyos ingresos económicos y financieros obtenidos como resultado de la comercialización de sus productos y servicios; y de acuerdo a los salarios de los miembros que laboran dentro de dicho modelo económico, se plantea la propuesta de exentarlos de las retenciones o pagos fiscales, las cuales son establecidas por los tres niveles de gobierno. Puesto que los fines y formas de operar de estas organizaciones, son muy diferentes de cualquier empresa de los sectores de capital privado y del público. El cual está basado y fundamentado en una alternativa de modelo económico contrario al capitalismo y a otros sistemas autoritarios controlados por los gobiernos de Estado.

Sin embargo, para lograr dicha propuesta se requiere de una instrumentación fiscal

diferenciada y congruente con una política que promueva y facilite rentabilidad social, más que usar criterios con una óptica recaudatoria en materia de ingresos, distribución de remanentes, exención y erogación del gasto, consecuencia de actividades y operaciones de trabajo de dichas sociedades, obteniendo un sano equilibrio y desarrollo, tal como lo señala las propias Leyes de la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, estimulando el uso de las tecnologías de la información en el sector del comercio electrónico mundial.

El comercio electrónico constituye una nueva herramienta, propiciado un vertiginoso desarrollo para las grandes corporaciones y pequeñas empresas, intuiciones bancarias y de gobierno reduciendo distancias y tiempos en las transacciones que se realizan en el mundo globalizado. Rodríguez de las Heras, (2006).

Es así como se reducen las brechas de los diferentes sectores de la economía, que tradicionalmente estaban ligados a los medios de las telecomunicaciones y audiovisuales, con ello se afirma que el Internet ha impulsado acelerada y radicalmente el comercio electrónico, considerándosele a ambos como una innovación prometedora dentro de la globalización en los sectores económicos y culturales.

Sin embargo, el Estado no puede quedar al margen, se le presenta un gran reto para regular estas actividades económicas en varios aspectos en primera instancia proteger a la sociedad y sus intereses, interviniendo de acuerdo con las teorías del libre mercado estipulan que este debe retroceder para permitir que sea el propio mercado, quien controle el crecimiento, el empleo y la distribución del ingreso, así lo señala, Vega Clemente (2016).

De igual manera, el Estado deberá regular las formas de las actividades comerciales, que se realizan mediante la aplicación de las telecomunicaciones en los aspectos administrativos, jurídicos y tributarios. En este sentido, el tema de la tributación del comercio electrónico global y sus efectos fiscales en los ingresos es visto como una opción para el desarrollo de la economía mexicana, sin embargo, esta investigación presenta la propuesta de redimir a las empresas productivas y prestadoras de servicios de la Economía Social y el Cooperativismo de exentar a sus miembros de gravar sus ingresos personales y de empresas sociales, esto no significa que deben quedar como sujetos aislados, este apoyo por parte del Estado redundará en fortalecer el crecimiento y desarrollo de dichas empresas bajo dos variables: exentar de los efectos fiscales los ingresos personales de los miembros de estas sociedades y obtener los beneficios contenidos en los ordenamientos fiscales en los hechos o actividades que se realizan dentro de este sector.

Para García López (1995), los efectos de la Ley de impuestos sobre la renta se consideran a personas morales no contribuyentes, entre otras a las asociaciones civiles organizadas con fines científicos, políticos, religiosos, culturales, deportivos, etc.

Se causa el impuesto sobre la renta: cuando se presenta la enajenación de los bienes, al obtener ingresos por dividendos, en general por las ganancias distribuidas por personas morales que adquieran ingresos por la obtención de premios.

Causan impuesto las personas morales no contribuyentes, cuando enajenen bienes

distintos de su activo fijo o presten servicios a personas distintas de sus miembros, debiendo determinar el impuesto que le corresponda por los ingresos derivados de las actividades antes mencionadas en términos del Título II LISR, sí sus ingresos exceden del 5% de la persona moral en el ejercicio anual. Esta disposición no es aplicable en personas morales autorizadas para recibir donativos. Para la determinación del remanente distribuible existen dos elementos: ingresos acumulables y deducciones autorizadas, los ingresos acumulables en su totalidad y modalidades en efectivo, bienes, servicios, crédito o en cualquier tipo que obtengan las personas morales residentes en el país o que provengan del extranjero.

Esta sería una opción exclusiva para las personas con proyectos viables, sostenibles, técnicos y económicos, poniendo en práctica los valores y principios éticos y normativos, puesto que son iniciativas populares de subsistencia frente a la marginación de los mercados; resultado de una expresión alternativa de los movimientos sociales y proyectos políticos, producto de la globalización.

Novillo Martín (2016), explica sobre este punto de la Economía Social, como un eje integrador de las diferentes corrientes de la economía alternativa, centrado en la capacidad del desarrollo humano sostenible involucrando; a la economía, ecología, la incorporación de la mujer en los procesos productivos formales, comunidades originarias, procurando el “buen vivir”, satisfaciendo sus necesidades, pretendiendo lograr “otra economía más justa”, con sentido de equidad, compromiso, solidaridad social y justicia.

Con el propósito de promover este nuevo arquetipo del comercio electrónico global dentro de la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, sin perder de vista los efectos fiscales de sus ingresos que fructifiquen en beneficios contenidos intrínsecamente en los ordenamientos fiscales por las actividades que realizan sus miembros.

En México, se han obtenido logros a través de la Economía Social, cuya misión transformadora es obtener el bienestar de algunos sectores de la sociedad, trascendiendo de manera positiva al mostrar “otras” formas de lograr vías de solución para salir de la marginación y la pobreza. En algunas regiones del país han proliferado cajas populares, cooperativas de ahorro y crédito, de consumo y de abasto popular, así como organizaciones sociales de vivienda en zonas urbanas marginadas y rurales. El Estado ha implementado políticas de subsidios de programas económicos y sociales con el fin de disminuir las grandes carencias y cerrar las brechas de desigualdad social de cara a un futuro sustentable al cuidado del medio ambiente. Sin embargo, aún existen regiones que adolecen de cualquier tipo de apoyo gubernamental.

Para López López (2000), los ingresos significan un incremento en el patrimonio de cualquier entidad por concepto de venta de productos, bienes y prestación de servicios sin que necesariamente exista una entrada de dinero efectivo; es decir, puede haber ingresos sin recepción de dinero, por lo tanto, el ingreso es gravable por: renta, utilidad o beneficios de conformidad con las leyes fiscales al causar impuestos.

Por lo que resulta negativo para las empresas socialmente responsables y solidarias,

se perdiera el propósito que persiguen, para ello es necesario exentarlos de impuestos con el objetivo de continuar con su desarrollo beneficiando a sus miembros en sus ganancias, e ingresos y salarios percibidos. Mediante la aplicación de esta propuesta se logrará la generación de cambios estructurales en los ámbitos económicos, políticos, educativos y sociales, al obtener vías de solución para el desarrollo económico de México.

Para ello, brevemente se presentan algunos estudios teóricos y prácticos sobre la percepción de la Economía Social y el Cooperativismo en los cuales se demuestran las profundas desigualdades como una de las principales causas de muchos de los males que aqueja a la mayoría de los ciudadanos mexicanos. Coraggio (2006), define a la Economía Social como una forma de producir, intercambiar, consumir y distribuir la riqueza, centrada en la valorización del ser humano y no en el capital, basada en la asociatividad y la cooperación autogestionaria, con la finalidad de asegurar la reproducción ampliada de la vida.

Para lograr dichas transformaciones socioeconómicas, describe Moreno (1996), su característica está basada en el carácter en el tipo de grupos de personas que forman, dirigen y trabajan en diversas actividades voluntarias, mediante relaciones de colaboración recíproca, basadas en el respeto mutuo y el de su propio entorno, la solidaridad, el bien común; con el propósito de desarrollar la Economía Social para un futuro sostenible.

Lander (2010), considera que se está viviendo una crisis estructural de civilización a través de interconexiones simultáneas como: la financiera, económica, ambiental, climática, energética, alimentaria y social, entre otras. Esta reflexión plantea ampliar los escenarios de esta crisis socioeconómica que ha afectado a la sociedad de manera individual, y paulatinamente ha incrementado el desempleo, la disminución salarial desencadenando una progresiva desigualdad social ante la caída del poder adquisitivo, generando marginación y empobrecimiento de las poblaciones urbanas marginadas y comunidades rurales en un aumento indiscriminado con una serie de factores, entre ellos la inseguridad y violencia que atacan en general a la sociedad civil, favorecido el fenómeno de migración masiva a las grandes ciudades o a otros países en busca de soluciones a sus problemas económicos y a su vez provocando con ello serias tensiones sociales y políticas con otros países, hechos alarmantes, producto de la incapacidad del Estado para resolver esta situación tan apremiantes.

Por lo anterior, se insiste en que las empresas solidarias hagan uso de las nuevas tecnologías para llevar a cabo las relaciones de comercio electrónico a nivel internacional, con la seguridad de que resultará una gran iniciativa de desarrollo y crecimiento económico particularmente para México, analizando y buscando como crear contratos empresariales y profesionales de bienes y servicios.

En este contexto, la información y la comunicación son fundamentales al generar nuevos hábitos de venta y consumo instituyéndose en una gran necesidad para los productores de bienes y servicios, siendo adoptados por los grandes avances de las

tecnologías de la información y comunicación, formando nuevos programas y plataformas mediante el Internet, los cambios continuarán de manera constante favoreciendo el flujo de información que a su vez mejoran las posibilidades de comunicación e información en el ámbito de las relaciones de negocios, economía y finanzas.

Lara Pérez A. (2002), sugiere que el comercio electrónico consiste en cualquier forma de transacción comercial basada en la transmisión de datos por redes electrónicas basadas en el Internet, involucrando la comercialización de productos, bienes y prestación de servicios por este medio, existen diversos criterios estableciendo el comercio ante la oferta y demanda entre empresas y consumidores.

En este sentido Barriuso Ruiz (1998), relaciona las redes y sistemas electrónicos, que posibilitan la contratación y el acceso a las bases de datos de todo tipo de teleservicios, servicios de gestión, documentación regulada y actualización, previendo la trascendencia jurídica. Por otro lado, los contratos y obligaciones se realizan con dinero electrónico, ante la falta de regulación jurídica en los mercados internacionales y las zonas fronterizas.

Es inminente la regulación de estas actividades económicas electrónicas a nivel global que incluyan en la legislación de los países que participan en ella, establecer una normatividad internacional con reglas en sus contratos y transacciones electrónicas, respaldando formalmente su validez ante las autoridades correspondientes.

Por su parte Madrid Parra (2003), considera que el comercio electrónico, constituye actividades económicas y financieras en las que intervienen las relaciones humanas de respeto, valores éticos y morales.

En este momento, al comercio electrónico global se le describe como la sociedad de la información al circular ésta en función de las personas que participan entre las empresas y consumidores, incluyendo a las empresas de la administración pública, evidenciando que gran parte de la sociedad se involucra dentro del sistema de pagos electrónicos domiciliando sus pagos de bienes y servicios financieros, operaciones bancarias a través del portal electrónico de los bancos, este tipo de movimientos se pueden realizar mediante el teléfono móvil, las tablets y las computadoras, logrando con ello la optimización del tiempo de las organizaciones, y a su vez se forman grandes redes de grupos de trabajo, obteniendo una serie de ventajas entre ellas la facilidad e inmediatez en la comunicación entre usuarios e instituciones, más seguridad para acceder a la información, reducir gastos administrativos y un mayor rendimiento de las empresas a nivel mundial, así lo afirmó Guisado Moreno (2004).

Hechos que han permitido grandes cambios sociales, culturales, tecnológicos y de orden legal, facilitando el desarrollo de las redes mundiales, que obtienen información con datos de mayor seguridad, disminuyendo la incertidumbre en cualquier tipo de transacciones, Alvarado Esquivel M. (2006).

Este progresivo crecimiento trae consigo ventajas, desventajas económicas y sociales, en algunas ocasiones se presentan problemas y conflictos, que requieren

mecanismos de protección y regulación de la normatividad jurídica, así lo señala, Frayssinet J. (2002).

Por ello, resulta importante la identificación efectiva de los sujetos que intervienen en las operaciones de compra, venta de bienes y prestación de servicios de forma electrónica, frente al evidente comercio global al presentar conflictos entre ellos la localización y el reconocimiento de los empleados, personas físicas y morales, así como los equipos informáticos digitales, sin embargo, resulta flexible para quien obtiene utilidades o realiza cualquier tipo de operaciones utilizando seudónimos, sistemas para encriptar la información, con ello se facilita la creación de nuevos paraísos fiscales “digitales”, al facilitar la unión de las zonas geográficas. Situación que requiere obligadamente la normatividad de la protección de datos personales y la eliminación de los problemas de la administración tributaria al momento de imputar dichas rentas o hechos imposables a los ejecutores de dichas actividades, Bustos Buiza (2001).

CONCLUSIONES

Con la aparición de las tecnologías de la información y comunicación, se creó una nueva forma de realizar transacciones comerciales y financieras de gran impacto en el sector empresarial, que propiciaron modificaciones en los aspectos administrativos, jurídicos y tributarios en los países a nivel internacional.

Esta vertiginosa aplicación de las tecnologías y uso del Internet en el comercio electrónico internacional se encuentra vinculada en gran medida en acuerdos sobre los principios regulatorios que adoptarán las autoridades tributarias de cada país, hasta el momento son insuficientes los criterios actuales, presentando problemáticas dentro de esta modalidad de comercio electrónico mundial, propiciando la evasión fiscal, los fraudes, robos de identidad entre otros. Por lo anterior, han participado organismos internacionales como la ONU, OCDE y la Comunidad Económica Europea, con el propósito de implementar mecanismos que permitan aplicar a esta nueva forma de operación comercial, un marco jurídico actualizado y ajustado a los principios teóricos a nivel internacional.

De esta manera, se pretende se establezca una solución que permita la coordinación entre autoridades fiscales a nivel internacional, la cual deberá materializarse mediante la expedición de legislaciones equivalentes en el tratamiento y control tributario del comercio electrónico, permitiendo el desarrollo de las tecnologías de la información y comunicación en consonancia con los tratados internacionales. Una vez desarrollados y establecidos los criterios de los ordenamientos fiscales de las actividades del comercio electrónico, sería considerada como una fuente de negocios que permita crecer los ingresos económicos de los países a nivel mundial.

En México aún no se han incorporado en su legislación modelos tributarios aplicables al comercio electrónico, lo que ha traído como consecuencia serias limitaciones,

cuestionamientos y disposiciones poco claras que impiden transformar la evaluación de utilidades no obtenidas, situación que no permite al contribuyente actuar con certeza, ni seguridad jurídica.

Los miembros que participan en la Economía Social y el Cooperativismo son considerados como entes integradores dentro de la corriente de una economía alternativa, que opera activamente al determinar el curso del espacio de vida colectiva, mediante un sistema de administración de las finanzas de sus empresas, así como en los procesos de la producción de las mercancías, la distribución, comercialización, intercambio y consumo, que al momento de la aplicación de las tecnologías de la información en el sector del comercio electrónico internacional, facilita una instrumentación fiscal, que favorecerá el desarrollo de este sector, por considerarse empresas socialmente responsables y solidarias, es por ello conveniente dejarlos libres de impuestos para permitir su desarrollo en beneficio de quienes perciben ingresos, estimulando su crecimiento y desarrollo en materia de ingresos, distribución de remanentes, exención y erogación del gasto, al no quedar exentos perdería el fin que persiguen en consecuencia de hechos o actividades de cara al comercio global.

REFERENCIAS

Academia de Estudios Fiscales de la Contaduría Pública, A.C., Comercio electrónico e impuestos. Dofiscal Editores. México, 2005, p. 89.

Bustos Buiza J. A. et al., Fiscalidad del comercio electrónico, Dossier Práctico, Madrid, Ediciones Francis Lefebvre, 2001, p. 68.

Calderón Medina, David. Comercio electrónico e impuesto. Academia de Estudios Fiscales de la Contaduría Pública, A.C., Dofiscal Editores. México, 2005.

Cordón Ezquerro, Teodoro. Manual de fiscalidad internacional. Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 2001.

Díaz, Oscar Vicente. El comercio electrónico y sus efectos en las relaciones tributarias internacionales, Editorial Grupo Macchi, Primera edición, Argentina 2001.

Diagnóstico del comercio electrónico en las empresas. UAEH, <https://www.uaeh.edu.mx> › scige › boletín › Revisado al 09/09/2019. Hora 3:35

Erik Mauricio Sánchez Medina: "Comentarios en torno a la fiscalidad del comercio electrónico". Tesis de Maestría en Derecho Fiscal de la Universidad Panamericana en la ciudad de México, D. F. 2014.

Frayssinet, J., La protection des dones personnelles estelleassure sur Internet?, en Le droit international del internet (Dir. G. Chantillon), Ed. Bruylant, Bruxelles, 2002, pág. 435.

García Calvente (2002) "Fiscalidad del Comercio electrónico" (en Contribuciones a la economía de La Economía de Mercado, virtudes e inconvenientes, 2002),

Gómez Cotero José de Jesús “Efectos fiscales de los contratos/ 9” (2014) ed. Dofiscal. <https://www.elsotano.com> › libro › efectos-fiscales-de-los-contratos-9-ed_1...

Gómez Cotero Jesús y D. Buyatti Osmar en XXIII: Jornadas Latinoamericanas de Derecho Tributario. Argentina, 2006, T. II, 244.

Guisado Moreno, A., Formación y perfección del contrato electrónico, Marcial Pons, Madrid, 2004, pág. 25. <http://www.elmundo.es/especiales/2001/07/sociedad/globalizacion/globalizacion.html>. 19

Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México. Enciclopedia Jurídica Mexicana, Editorial Porrúa, México 2004, tomo II, p. 246.

Lara Pérez, A. de, “Un apunte sobre fiscalidad del Comercio Electrónico”, documento de trabajo, Madrid, núm. 10/02, Instituto de Estudios Fiscales del Ministerio de Hacienda español, 2002.

Madrid Parra, Agustín “Contratación y Comercio Electrónico”, Ed. Tirant Lo Blanch, Valencia; España (2003).

Nocete Correa, Francisco José. “Crónica Tributaria Núm. 20/2006 (-135) La Fiscalidad Internacional del Comercio Electrónico”. Universidad de Granada.

Rodríguez de las Heras Ballell, T., El régimen jurídico de los mercados electrónicos cerrados (e-Marketplaces), Editorial Reus, Madrid, 2006, pág. 25.

Salinas, Francisco, Las Otras Caras de la Globalización, (Madrid, Caritas Españolas, 2001)

Seoane, Eloy, La Nueva Era del Comercio El Comercio Electrónico, (España: Ideas Propias, 2005)

Stiglitz, Joseph, Como Hacer que la Globalización Funcione, (España: Penguin Random House Grupo Editorial, 2010).

Vega Clemente Virginia: “El Comercio Electrónico en el Marco de la Economía Actual”. Revista de Estudios Económicos y Empresariales Núm. 28, 2016, pp. 217-238 - ISSN: 0212-7237.

Villar, Ana, Comercio Electrónico Concepto Recursos y Estrategias, (España: Ideas Propias, 2004).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

F

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

G

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

L

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

M

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

N

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

P

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

Q

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

R

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

T

Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2